
Comunicação e Gênero na construção da cidadania feminina: o caso da revista AzMina¹

Amanda Porto de SOUZA²

Rosana ZUCOLO³

Universidade Franciscana - UFN, Santa Maria, RS

Resumo

Este artigo traz parte da pesquisa em andamento que analisa como a revista AzMina colabora para a construção da cidadania feminina. Criada por jornalistas e militantes que buscam a emancipação das mulheres e a editam com recorte em diversidades de orientação sexual, raça, cor e classe social, a revista é veiculada no site online <http://azmina.com.br/>. A investigação em desenvolvimento visa compreender de que forma a revista configura a cidadania da mulher a partir da análise de seu conteúdo. Busca-se também identificar o conteúdo jornalístico na revista e como ele representa a mulher; mapear estratégias discursivas que mostram a mulher como cidadã ativa e política; analisar a configuração da cidadania feminina na revista. Neste paper discute-se os conceitos que fundamentam essa investigação, problematizando a perspectiva da discussão do gênero no campo do jornalismo/ comunicação.

Palavras-chave: Comunicação; Cidadania; Gênero; Feminismo; AzMina

Introdução

Os processos comunicacionais estão intimamente ligados aos processos sociais e o desenvolvimento da civilização. Isto é notável quando se observa a globalização e a evolução da tecnologia enquanto sistemas comunicacionais capazes de reduzir distâncias geográficas e integrar pessoas. Essa aproximação gerou integração entre comunidades com sujeitos de cada canto do mundo, manifestações de rua foram movidas primeiramente em grupos na internet e em mídias coletivas. Enquanto a configuração atual de ideais e movimentos se modifica, os meios de comunicação, como mediadores, legitimam essas ações e são agentes ativadores de políticas públicas e projetos implantados.

¹ Trabalho apresentado na DT 7 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2018.

² Estudante do 8º semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Franciscana - UFN, e-mail: mk.souza0912@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Franciscana - UFN, e-mail: rosana.zucolo@gmail.com

Os meios de comunicação são capazes de criar níveis de importância para acontecimentos, escolher os fatos que serão visibilizados ou não, efetivamente, o que vai para a esfera pública. A realidade sociocultural na qual vivemos hoje - uma cadeia de retrocesso, ataques, assassinatos, estupros e outras formas de violência -, começou há décadas, e não se pode ignorar o papel da mídia nesse processo. Permite pensar em atores sociais que comunicam acontecimentos e criam necessidades coletivas ou as diminuem, que pautam realidades com profundidade ou o fazem sem a devida contextualização social, e cuja escolha interfere na significação da cultura e na opinião pública. Onde há a legitimação da violência, há a consumação desta. E a violência contra a mulher - o Brasil é um dos campeões no índice da América Latina -, ainda é sustentada pela mídia massiva, onde a violência de gênero é invisibilizada, sem contexto, sem lugar de fala. Com isso, é uma das lutas do movimento feminista também chamar a atenção dos meios de comunicação para suas necessidades e demandas. Desde a primeira onda do movimento, mulheres se unem para reivindicações e conhecerem seus direitos. Com consciência e capacidade de ação, elas agem em coletivos feministas.

O feminismo tornou-se foco de estudos como configurador e aliado da cidadania feminina. Através do movimento, a tomada do espaço público pelas mulheres, com seus locais de fala e repercussão midiática, modifica a noção da mulher como passiva na sociedade. Dessa forma, canais de comunicação independentes tornam-se alavancas desse processo, o que justifica a necessidade de estudar de que forma o discurso das reportagens da revista também constroem a cidadania feminina. Analisar o conteúdo da revista AzMina na configuração da cidadania feminina é o objetivo deste trabalho de pesquisa, mapeando a representação da mulher no texto jornalístico e verificando como a revista, alicerçada no discurso feminista, constrói e colabora para a cidadania feminina e emancipação da mulher.

A Organização AzMina foi criada por jornalistas de São Paulo (SP) como forma de lutar contra a violência de gênero, combatendo todos os tipos de opressão, levando em conta as diversidades de raça, etnia, classe social e orientação sexual de todas. Dentro da organização, nasce a Revista AzMina, veículo de comunicação de reportagem e jornalismo investigativo. Mais de 20 mulheres fazem parte da equipe ou colaboram com reportagens e textos de empoderamento feminino, denúncia e reivindicações de direitos

das mulheres. Uma das jornalistas que integram a equipe, Nana Queiroz, é uma das referências de militantes do feminismo, com as obras *Presos que Menstruam* e *Você já é feminista: abra este livro e descubra o porquê*, ela traz debates acerca dos direitos das mulheres em situação de cárcere e sobre o que é feminismo, esclarecendo alguns “mitos” sobre o movimento e colocando em questão suas verdadeiras pautas e seu sentido.

Elas também foram precursoras das campanhas de conscientização das redes sociais #CarnavalSemAssédio e #MamiloLivre, sobre liberdade sexual, respeito e dignidade feminina. AzMina é uma revista online e gratuita, de jornalismo investigativo, que promove eventos, oficinas, palestras e consultorias para aprofundar o debate sobre violência contra mulher. Com o forte discurso feminista presente nas matérias e nos espaços, a revista traz um empoderamento que chega até as mulheres que a internet não alcança. Através de projetos em periferias, espaço de fala para mulheres negras e trabalhadoras, ela se tornou um dos meios de comunicação mais fortes em relação à luta feminista. Pois, a partir de *crowdfunding* (financiamento coletivo), realiza intervenções que saem do virtual, para fazer a diferença nas ruas e nas casas dessas mulheres.

A revista é dividida por editoriais, cada seção contempla um “estilo” de reportagem, desde investigativa, comportamental, relatos, LGBTQ, arte, estética, cultural, dúvidas das leitoras, além das bolsas de reportagens. As matérias são feitas por mulheres e voltada para as mulheres de todas as idades, corpos, classe e raça. Na fase atual da pesquisa, as reportagens da revista AzMina foram selecionadas para análise de conteúdo e conclusão dos objetivos. Com a combinação do aporte teórico-metodológico sobre o assunto, baseado nas referências de pesquisa, a análise será feita a partir do conteúdo da revista, no qual será identificada a atuação do veículo e as formas de contribuição na configuração da cidadania da mulher.

Este paper traz o estudo teórico baseado em autores que discorrem sobre os conceitos chaves comunicação, cidadania, cidadania feminina, gênero e feminismo e que constituem a fundamentação e a reflexão acerca da problematização do tema.

1. A construção social do gênero

O levantamento bibliográfico realizado em torno do objeto evidenciou muitos trabalhos e reflexões acerca de como o movimento feminista - suas ondas e a proporção que ele está tomando - constrói uma cidadania feminina. Explicita-se aqui os elementos

pertinentes a este trabalho, sem ter a pretensão de dar conta de todo o cabedal teórico em torno do tema.

Fazendo um panorama da gênese dos trabalhos de gênero, Joan Scott (2017) identifica os primeiros estudos do uso da palavra entre as feministas norte-americanas que descreviam o “gênero” como aspecto relacional das definições normativas de feminilidade, e usavam a palavra para rejeitar os determinismos biológicos e de sexo nas funções sociais. Também destaca a importância do estudo de gênero ser sobre o feminino e masculino, nunca isoladamente, pois é uma categoria relacional: para existir um oprimido, existe um opressor.

O gênero é extremamente instável, como uma identidade subjetiva. Ele exige a supressão das ambiguidades e dos elementos opostos a fim de assegurar uma compreensão comum, segundo Scott (2017). A autoria também define o conceito como “elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos” (SCOTT, 1990, p. 16). Além de ser ferramenta para dar significado às relações de poder e opressões.

Partindo-se do pressuposto de que as estruturas sociais são construídas e seus sujeitos representados de forma que cumpram com a ordem vigente, a história e as culturas podem ser modificadas ou transformadas. Judith Butler (2003) traz primeiramente uma reflexão necessária sobre a categoria “mulher”. Para a pesquisadora, política e representação são termos polêmicos, esta última sendo uma função político-linguística que forma os próprios sujeitos como só podendo ser representados (como categoria) se forem reconhecidos como sujeitos e cidadãos. A constituição do cidadão a partir da configuração de movimentos sociais se dá nos grupos coletivos e nas relações sociais, o que Scherer-Warren (1999) coloca o sujeito social - cidadão no mundo, onde a autonomia, identidade e diversidade do sujeito é valorizada.

Nesse sentido, como se o sujeito “mulher” do movimento feminista fosse uma formação e efeito de uma política representacional. “A construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas” (BUTLER, id., p. 19). O que a autora traz é o olhar atento para as representações e formações do sujeito que são controladas pelo mesmo sistema jurídico e legitimador. Não basta incluir as mulheres como suas próprias representantes em seu local público, tem de se pensar que a categoria é produzida e

reprimida pelas mesmas estruturas as quais busca sua emancipação. Para Butler (id.), o poder tem função dupla, ao mesmo passo que produz o que representa ele também julga, e a política deve estar atenta a esse ponto.

A teoria de gênero tem uma particularidade única, pois envolve diretamente a relação com os corpos e formas de reprodução. Para Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015) a estrutura social e cultural é um todo baseado na desigualdade de gênero, e isso permeia até as relações mais básicas na sociedade. O gênero é multidimensional e varia conforme seu contexto cultural, identidade, trabalho, poder e sexualidade. Aprofundando no tema, as autoras trazem o conceito de “corporificação”, sustentado na ideia inicial do *habitus* de Pierre Bourdieu, que seria o processo de absorver corporalmente as normas e práticas sociais, ou seja, mulheres e homens passam a internalizar costumes e imposições por tanto tempo, que passa a ser naturalizado. Assim, questões de gênero e os sistemas baseados nesta definição só fazem sentido porque envolvem características não naturais, pois tudo que é natural é fixo. As relações de gênero são maleáveis - por mais que sejam dadas como definidas - e são moldadas conforme as necessidades do sistema. Tais moldes se dão ao exemplo de masculinidades e feminilidades “expostas” na cultura e sociedade.

O gênero é multidimensional, envolve contexto, identidade, trabalho, poder, sexualidade. “Ao falamos de gênero, não estamos falando apenas das simples diferenças ou categorias fixadas. Estamos falando de relações, fronteiras, práticas, identidades e imagens ativamente criadas em processos sociais.” (CONNELL E PEARSE, 2017, p. 84).

A estrutura de gênero foi construída e narra todas as ações relacionais, é constituída pela sociedade, da mesma forma que a constitui e seus sujeitos. Indivíduos nascem nessa estrutura de gênero, da mesma forma que se modificam e a sustentam, submetidos aos sistemas de moldagem dos corpos. O que surge de mudança é a própria reação dentro do processo, mulheres que escolhem dar uma resposta às opressões, que se movimentam e se alicerçam numa caminhada emancipatória. Com as cotas políticas para mulheres e mais mulheres na pesquisa, é possível recriar um cenário de resistência – que está aos poucos sendo construído – onde as pautas femininas serão votadas pelas próprias mulheres. Hoje, com um congresso majoritariamente masculino e branco, a presença de mulheres parlamentares é um passo para que elas façam sua própria história, e continuem as conquistas de outras que vieram antes.

2. Comunicação como direito cidadão

Direito à informação é, de fato, um dos mais requisitados e pautados nos últimos anos, juntos aos outros emergentes no processo. Mais do que receber a informação, comunicar-se também torna-se um direito de terceira geração, emparelhado com os direitos humanos, é que vai destacar Peruzzo (2009). Para a autora, o direito à comunicação é facilitador da conquista pela cidadania, visto pelo empoderamento de processos comunicacionais autônomos e independentes que emergem cada vez mais. E os direitos se aperfeiçoam e crescem, logo, a cidadania, assim como a comunicação, se modifica e é construída ao longo do tempo e das culturas.

Para Peruzzo, as classes dominantes no poder não conseguem se eternizar, elas duram somente o tempo em que não há questionamentos da ordem vigente, até que se percebem as contradições e problemáticas, e surgem novas formas de poder e novos movimentos para ir contra o sistema. A cidadania é ampliada justamente nesse movimento de antítese ao domínio vigente.

A comunicação tem uma existência sensível, não é algo palpável e sim que se realiza no cotidiano e nas formas de viver na condição humana, como trocas simbólicas. Vera França (2003) irá trazer a necessidade de entender comunicação como processo social, enquanto os objetos seriam os meios de comunicação. O objeto da comunicação social é seu próprio estudo, sua identificação e forma de construir a si mesma. O que irá abordar Maria Cristina Mata (2006), da comunicação enquanto objeto, ser inexistente como algo que pudesse funcionar com precisão e verificação impecável. Mata afirma que é preciso construir uma comunicação sabendo dos múltiplos processos sociais e intercâmbios que se realizam na sociedade.

Para a pesquisadora, é preciso fazer uma nova comunicação, um novo jeito de informar, que rompa com a forma tradicional, com novas vozes, novas problemáticas e novas indagações. Também como resposta à violenta repressão e cerceamento das liberdades durante a ditadura na Argentina, uma das mais violentas da América Latina.

Mata (id.) questiona a constituição do sujeito e receptores, enquanto produtores de sentido e critica o modelo comunicacional restringido ao modelo tradicional dos meios de comunicação como emissores e a população como receptores. Para ela, esse sistema antigo de fazer comunicação não sustenta toda a carga cultural e diversificada da sociedade complexa que se vive hoje. Onde ainda permanece uma cultura midiaticizada

limitada às matrizes tecnológicas mercantis e partidárias. A autora coloca os meios de comunicação de massa, industrializados, como deformação das leis democráticas.

Essa relação dos meios de comunicação com a sociedade leva a se criar uma legitimidade informacional, diferente da legitimidade democrática e estão contrapostas. Visto que a mídia consegue manipular determinada realidade e definir quais pautas sociais são relevantes e que a população irá seguir. O que traz questionamentos:

(...) Nos preguntamos si es posible que quienes hemos sido constituidos como “públicos” seamos capaces de no delegar nuestros derechos a la libre expresión y a la información en tanto existe un mercado, es decir, un sistema de producción industrial, de distribución y consumo de los bienes comunicativos-culturales, que es hoy hegemónico como instancia de organización de los intercambios simbólicos. (MATA, 2006, p.8).

A autora traz a representação dos tipos de sujeitos sociais na mídia massiva: o sujeito de demandas, o sujeito de necessidades e o sujeito de decisão. A autora destaca a forma que é visibilidade o sujeito de necessidades e como são mostradas as comunidades - principalmente periféricas - na sua realidade. A pobreza extrema, fome, mortes, desnutrição, falta de moradia, são os maiores problemas encontrados por quem é esquecido pelo poder público. Para ela, é dada uma visibilidade para causar choros e gritos, com imagens fortes, corpos esqueléticos, rostos borrados, imagens de dor. E isso se torna pauta na agenda política, porém, essa visibilidade acontece quando já não se pode reverter a situação, como enchentes, contaminação das águas, mortes. Mata (id) afirma que o sujeito de necessidades é frágil diante do poder e é o emblema da não-cidadania, da perda do direito a não ter direitos. É mostrada sua realidade constantemente, com um aglomerado de problemas e opiniões, mas sem mostrar suas verdadeiras causas e vinculações estruturais.

Mata (id) define a cidadania comunicativa como desenvolvimento de práticas que tendem a garantir os direitos no campo da comunicação e no espaço público. E essa cidadania carrega valores de igualdade, solidariedade, pertencimento, com dimensões socioculturais.

Os momentos em que cidadania se torna ponto de partida e deliberação, para Ilse Scherer-Warren (2006), são aqueles que desafiam a democracia, como estado de exceção e ditaduras. Os movimentos sociais alteram concepções antigas de cidadania, que traziam

exclusão social e era limitada aos homens brancos, com a militância, liberdade, individualidade, identidade e participação na esfera pública se tornam alicerces de uma nova ideia de cidadania. Os direitos econômicos, sociais e culturais se tornam direitos das minorias (mulheres e negros) e passa-se a repensar o desenvolvimento diante da exclusão social. “A história da cidadania é a história da luta pela cidadania” (SCHERER-WARREN, 1999, p.60).

Para Scherer-Warren (id), o brasileiro é uma “quase” cidadão, já que não conhece boa parte de seus direitos e não exerce ativamente seu papel na esfera política. A esfera pública democrática, com acesso dos civis, começa a ser construída a partir de Organizações Não-Governamentais, movimentos sociais, educação política e reflexões em atos e discussões políticas. A dificuldade que é encontrada nesses aspectos ainda é a cultura política, a falta de informação e desinteresse da população por assuntos públicos, atentando para a falta de transparência do governo.

A cidadania vem para dar ao sujeito social como uma ferramenta para a construção da sua própria cidadania, a defesa das suas especificidades (gênero e raça), valores éticos comuns, como solidariedade e humanidade. Desta forma, sujeitos sociais surgem para agir diretamente em comunidades e redes de mobilização, com educação política, deliberação, ações sociais e planos de demandas e direitos. Se formam redes de parcerias comuns, com o exercício da cidadania como principal apelo dessas mobilizações. A democracia é um dos principais campos para a construção da cidadania, onde se dá ênfase na igualdade de direitos políticos e a expressão da cidadania política. Os movimentos sociais trazem esses processos de democratização de uma esfera político-privada intercalada.

A nova concepção de cidadania - do direito a ter direitos - também alicerçada no feminismo é discutida pelas cientistas políticas Jussara Reis Prá e Lea Epping(2012) que trazem ambos os conceitos - cidadania e feminismo - como base da reivindicação dos direitos humanos das mulheres. O feminismo trouxe experiência participativa em ações de fomento à cidadania feminina. Entre eventos e protocolos que pautaram as demandas femininas, um dos mais importantes foi o Programa de Ação do Cairo, com 15 princípios estipulados a serem seguidos, entre eles: a igualdade, equidade entre os sexos e empoderamento. O protagonismo social na agenda política faz com que as mulheres se coloquem como ativas e participantes do processo democrático.

Apesar dos resultados ao longo dos anos da luta feminista, Prá ressalta perceber práticas que ainda demandam atenção. “O aparente reconhecimento da cidadania feminina e sua inclusão em programas de governos e em agendas nacionais, a partir dos anos 90, não têm se mostrado capaz de garantir todos os direitos humanos às mulheres” (PRÁ e EPPING, 2012, p. 42). As pesquisadoras também trazem a premissa relevante da identificação dos direitos reprodutivos como questão de direitos humanos, que se tornou possível devido à postulação incisiva do movimento feminista.

3. Feminismo e a mulher na esfera pública

O movimento feminista desde a abertura política até os dias atuais se faz presente como um dos únicos coletivos que une sujeitos de diversas linhas teóricas, ideologias, partidos políticos. Como movimento, não representa somente pautas da categoria, e sim, pautas humanas, com recortes de classe, gênero e raça, despontando por todos os lugares do mundo. É essa característica relacional, interseccional, do movimento, que o transforma em um dos mais fortes desde seu surgimento no sufrágio feminino de 1893.

Eva Blay (2017) discorre sobre o processo de construção das mulheres como agentes políticas e democráticas, a luta das mulheres em vários países da América Latina, como frutos da consciência de mulheres feministas. Menciona Nísia Floresta, Bertha Lutz, Maria Lacerda de Moura, Maria Werneck na condição de teóricas e militantes que trouxeram o sentido do feminismo e reivindicaram direitos femininos desde 1832. Conscientes, essas mulheres questionaram seu lugar no mundo e reivindicaram firmemente seus direitos básicos na época, em um tempo obscuro para elas.

Para a autora, o movimento feminista transformou as reivindicações e a posição das mulheres na sociedade, abrindo espaço no poder. Porém, Blay reforça que apesar de algumas mudanças positivas para as mulheres, conquistar novos espaços no mundo público não provocava mecanicamente mudanças nas relações privadas. Havia um pensamento de que quando as mulheres tivessem seus direitos políticos e cidadãos, a desigualdade que mapeia relações privadas desapareceria, o que não aconteceu. Para ela, é cada vez mais acirrada a discriminação de gênero, presente mesmo com algumas conquistas históricas das mulheres se projetando no espaço público.

A falta de mulheres na política é um problema atual, mas as taxas aumentaram desde 1985 para cá (no período Vargas e na ditadura militar era praticamente nula), no

mundo, os índices subiram notavelmente, enquanto no Brasil foram baixos. Segundo a autora, o país faz parte do grupo com maior desigualdade parlamentar do mundo. A prática política continua misógina, visto que não há reprovação da população em uma mulher ser eleita presidente e as mulheres estão mais qualificadas que os homens no sentido acadêmico, além de ações afirmativas para o seu acesso. São os políticos homens que controlam o espaço de poder e os cargos principais dentro do partido.

Para Blay, o cenário democrático abriu um novo momento para os movimentos feministas e incentivou a união de mulheres sem vínculo ideológico ou à partidos políticos. Exigiam-se leis igualitárias para a nova Constituição de 1988, que supriu a maioria das demandas femininas na época, com exceção do aborto. Blay (id) relata a Conferência Nacional (60 anos depois) do PCdoB, em 2015, onde o partido reuniu diversas mulheres políticas, entre elas: Carmen Lúcia Luis, Jô Moraes, Rosana de Jesus e Maria das Neves. A diversidade de mulheres, lésbicas, negras, mostrou a variação identitária do movimento feminista e seus recortes. Pautas das mulheres tornaram-se visíveis e percebeu-se a relação da emancipação da mulher com a emancipação humana, com a emancipação política e cidadã. Dessa forma, a demanda de mulheres que estão ocupando o espaço político como agentes - e por militarem na esfera pública enquanto cidadãs - transforma a agenda midiática dos meios de comunicação, que hoje não podem ignorar o processo sólido pela liberdade feminina, e que avança em todo o país.

4. Caminhos em andamento

No momento, o aprofundamento teórico nos conceitos-chaves do artigo está sendo feito, com ampla pesquisa e abordagem coerente com o propósito do trabalho. Os estudos sobre o gênero sustentam parte relevante do trabalho, seja por ser a base do pensamento feminista e, em consequência, da reflexão em torno da configuração da cidadania feminina; seja porque fazê-lo remete à realidade empírica que desafia as orientações tradicionais da pesquisa em comunicação e no jornalismo.

Acredita-se que a reflexão em torno do objeto encontra também aporte na teoria do agendamento. Jorge Pedro Sousa (2008) estabelece três pilares que merecem investigação para abordar a teoria do agendamento, são eles: o estabelecimento das pautas no conteúdo, assuntos de interesse público e como o público dá relevância a esses fatos, a agenda política. Pode-se observar a influência da agenda midiática nas agendas públicas

e políticas, porém, o processo inverso também ocorre. Já que, como ressalta Sousa, na esfera pública formam-se os temas de discussão popular, pelas relações pessoais, pelas experiências e pelos acontecimentos do mundo. Da mesma forma que a agenda política interfere também na midiática, já que os “promotores de notícias” são os agentes políticos. O autor destaca a possibilidade da formação de várias agendas públicas, de acordo com o envolvimento por parte de grupos ou coletivos com determinado fato, ou pelo protagonismo que determinado público realiza no acontecimento. Além do posicionamento político do público, que interfere na interpretação e relevância social que será dada a tais notícias.

Ora, pensar a condição feminina no contexto da globalização e do acesso à informação em qualquer lugar do mundo, bem como a abrangência mundial da comunicação, aproximou nações, implica considerar que ao mesmo tempo em que há uma aproximação entre países que também distancia realidades regionais. Essa aproximação de culturas e nações, também há o distanciamento de realidades regionais. Sem uma comunicação eficiente e difusa, o desenvolvimento desacelera seu processo, toda a legitimação de decisões, aplicabilidade de ações e universalização, dependem de serem informados. Com isso, para Traquinas (2001), a teoria do Agendamento pressupõe o papel da mídia como fundamental nas decisões e discussões políticas.

A partir da esfera pública, a agenda política é influenciada pela agência da comunicação. As mensagens da mídia têm impacto em seus receptores, ela produz comportamentos e ideias, respostas aos estímulos midiáticos (Traquinas, id.), que forma a agenda pública. Logo, a comunicação está no meio de um processo configurador da sociedade, visto que a agenda midiática influencia a agenda pública e essa última influencia a agenda governamental, a mais importante.

Como agentes ativos na formação da sociedade, os meios de comunicação são determinantes nas relações sociais, de poder, na esfera pública e privada, e seu papel se torna cada vez maior. Mais do que refletir a realidade, a mídia constrói o acontecimento, dar existência pública a um fato é dar significação e legitimar seu contexto. Atores sociais promovem o fato, com intenções variadas e esse fato é construído a partir do ponto de vista do veículo de comunicação, com necessidades de acontecimentos diferentes (Traquinas, id). Por isso, a dificuldade de influenciar a agenda jornalística é longa, ao

passo que a influência do jornalismo na agenda política é imediata. “Nenhuma democracia sobrevive sem uma imprensa livre” (TRAQUINAS, id, p. 188).

Coletivos lutam para colocar suas necessidades no campo público, para que suas reivindicações sejam de interesse midiático. Com essas convicções, muitos meios de comunicação alternativos surgiram dentro de movimentos sociais, seja para visibilizar sua mobilização ou para representar a minoria respectiva. A luta pela democratização da comunicação se torna pauta atual, e é onde se situa o objeto desta pesquisa.

Referências bibliográficas

BLAY, Eva. **50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A Construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos**. Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebeca. **Gênero: Uma perspectiva global**. São Paulo, nVersos, 2015.

EPPING, Lâa; PRÁ, Jussara. **Cidadania e feminismo no Reconhecimento dos direitos humanos das mulheres**. Estudos Feministas, Florianópolis, 2012.

MATA, María Cristina. **Comunicación y ciudadanía. Problemas teórico-políticos de su articulación**. Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos, UNISINOS. São Leopoldo, 2006. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwiQqcaB5bvXAhXKz1QKHaztBWUQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Frevistas.unisinos.br%2Findex.php%2Ffronteiras%2Farticle%2Fview%2F6113%2F3289&usg=AOvVaw25Tx6OyyIBSfN1I6s-2qxs>

PERUZZO, Círcia. **Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas**. Brasília, Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**. New York, Columbia University Press, 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf

SCHERER-WARREN, Ilse. **Das mobilizações às redes de movimento sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07.pdf>

SEMÍRAMIS, Cynthia. **Da imagem da mulher imposta pela mídia como uma violação dos Direitos Humanos**. Revista da Faculdade de Direito - UFPR, 2005. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/6991>

FRANÇA, Vera in: HOHLFELDT, Antonio. **Teoria da comunicação: conceitos, escolas e**

tendências. 3^a Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

SOUSA, Jorge Pedro. **A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica.** Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo - UFP, Portugal, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX.** São Leopoldo, RS: Edição da Unisinos, 2001.